

NA REESCRITA DA HISTÓRIA, A (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: uma leitura de *Meu Querido Canibal* e *O Nobre Sequestrador*

Normeide da Silva RIOS¹

Resumo: Os romances *Meu querido canibal* e *O nobre seqüestrador*, do escritor baiano Antonio Torres, são obras ficcionais que dialogam com a historiografia. Neste artigo, busca-se analisar de que forma esses romances se inscrevem nos contextos da revisão da história pela literatura e dos questionamentos em torno da identidade nacional brasileira e a relevância das obras como instrumento, ao mesmo tempo, de denúncia de um discurso histórico unilateral e fragmentado e de resgate de discursos excluídos.

Palavras-chave: Literatura. História. Identidade nacional.

Summary: The novels *My darling cannibal* and *Noble kidnapper*, by Antonio Torres, are fictional works that dialogue with historiography. This article aims to examine how these novels fall in the contexts of the review of the literature and history of the questions surrounding the Brazilian national identity and relevance of the works as an instrument at the same time, a historic speech denouncing unilateral fragmented and rescue speeches excluded.

Keywords: Literature. History. National identity.

As histórias são realmente contestadas e isso ocorre, sobretudo, na luta política pelo reconhecimento das identidades.

Kathryn Woodward

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de ponto já muito discutido que a história oficial do Brasil muitas vezes silenciou sobre fatos, acontecimentos e informações que de alguma forma viessem a interferir na imagem do objeto historicizado. Ao longo do processo de construção da história, determinados grupos sempre exerceram domínio sobre a vida e os destinos das coletividades. A história escrita por esses grupos – a oficial – sempre deixou de fora muitos sujeitos e muitas versões e o que foi registrado visava a justificar

¹ Graduada em Pedagogia, especialista em Estudos Literários e Mestra em Literatura e Diversidade Cultural (Universidade Estadual de Feira de Santana). Contato: normeiderios@yahoo.com.br



o poder exercido, encobrir desigualdades e injustiças e construir uma imagem de glória histórica para a nação. A escolha do que deveria ser apagado ou mantido nos registros históricos atendia aos interesses do grupo que detinha o poder e o acontecimento histórico era registrado apenas quando e da forma que interessava a esse poder dominante. Questionar essa forma parcial de escrever a história e evidenciar o caráter arbitrário dos registros históricos é uma necessidade da atualidade. Segundo Jean Chesneaux (1995, p. 67), “é preciso denunciar em suas raízes políticas as interpretações errôneas e as lacunas voluntárias: elas estão ligadas a práticas de opressão e alienação em benefício do poder e das classes dominantes”.

A literatura, já há algum tempo, vem dando voz aos sujeitos que foram silenciados pela história oficial. Ao reler e reescrever a história, a literatura abre espaço para episódios e personagens esquecidos e para múltiplas vozes e versões, fazendo ressurgir o que foi ocultado e excluído. De acordo com Linda Hutcheon (1991, p. 146), a ficção pós-moderna, mais do que contar a verdade, deseja perguntar de quem é a verdade que se conta, ou seja, buscar quem está construindo o discurso histórico, em nome de quais projetos, atendendo a quais interesses. E acrescenta: “Romances pós-modernos [...] afirmam abertamente que só existem *verdades* no plural, e jamais uma só Verdade; e raramente existe a falsidade per se, apenas as verdades alheias”. Ou seja, a história transformada em processo narrativo não deve comportar uma única verdade, como nos registros da história oficial, mas apresentar múltiplas verdades, como faz a literatura. Ao enfrentar esse desafio, a literatura está assumindo a função de rever a história, de abrir espaço para outras versões, de chamar a atenção para o que não é evidenciado, para a pluralidade cultural.

Nos romances *Meu querido canibal* e *O nobre seqüestrador*, o escritor Antonio Torres, estabelecendo um diálogo entre ficção e história, recria as histórias de vida de dois personagens históricos. Nos dois romances, o autor revisita o passado, por meio de documentos da historiografia, reelabora o discurso da história, por meio da ficção, e, utilizando um discurso irônico, que desarticula a autoridade da história oficial sobre a “verdade” dos fatos, narra episódios da história do Brasil pouco conhecidos: a invasão da cidade do Rio de Janeiro pelo francês Duguay-Trouin e a resistência imposta pelos nativos aos colonizadores com a Confederação dos Tamoios. Recontando a história a partir de pontos de vista diversos, o autor evidencia os discursos excluídos ao longo da história nacional e denuncia uma prática de silenciamento de sujeitos e de apagamento de acontecimentos importantes em nome de uma imagem homogênea e de

uma identidade fixa construída no polimento do passado e na supressão das micro-histórias.

2 AS MARCAS DA IDENTIDADE EM *MEU QUERIDO CANIBAL*

Ao reescrever a história da Confederação dos Tamoios e dos seus líderes, os canibais Cunhambebe e Aimberê, Torres desmistifica tanto a imagem do índio “bom selvagem”, construída pela literatura do Romantismo, como a imagem do “indígena bárbaro, cruel e sanguinário”, construída pela narrativa dos viajantes no período da colonização.

Zilá Bernd (2003) chama a atenção para uma caracterização comum entre os textos inau-

gurais sobre as Américas, tanto aqueles escritos pelos descobridores quanto os que foram escritos pelos primeiros viajantes e colonizadores: a negação de uma identidade aos autóctones. Essa negação, baseada numa visão etnocêntrica, era o primeiro passo, seguido da atribuição de uma identidade construída à imagem e semelhança dos dominadores. Para a autora (2003, p. 23),

Esta visão etnocêntrica que dividia o mundo entre civilizados e bárbaros e que se recusava a reconhecer os ameríndios em sua alteridade, terá tendência a cristalizar-se como doxa até nossos dias, gerando o preconceito e o racismo.

Com esse romance, Torres faz o movimento contrário: lança luz sobre Cunhambebe, tirando-o da marginalidade e “corrigindo” as deformações da sua imagem, a que estava condenado pela história dos vencedores. E, ao fazer isso, lança luz também sobre os acontecimentos envolvendo outras tribos e nações indígenas durante as invasões colonizadoras. Busca contrapor à fala dos vencedores, presentes no discurso da história oficial, a fala dos vencidos, a fala do índio violado, oprimido, dizimado. Por meio dessa fala, agora ouvida, vêm à tona versões omitidas, silenciadas ou deformadas pelos poucos registros que os brancos se dignaram a fazer dessas comunidades ágrafas.

Historicamente, há pouca informação sobre o cacique Cunhambebe e sua atuação na Confederação dos Tamoios, o que fez com que a ficção fosse utilizada para

preencher as lacunas da historiografia, conforme entrevista dada pelo próprio autor do livro, que se valeu da imaginação para construir a personalidade de seu herói.²

Entrelaçando história e ficção, Antônio Torres em *Meu querido canibal* apresenta à nação um índio, nem bom nem mau, apenas um homem com hábitos e costumes próprios da sua cultura, que por ser defensor imbatível do seu território e do seu povo com coragem e valentia, destacou-se dos demais.

O índio Cunhambebe era o mais valente do lugar. Vivia em guerra permanente contra os seus vizinhos, como os tupiniquins, em violentas batalhas pela defesa do seu espaço ou de vingança de família. Não levava desaforo para casa nem engolia uma desfeita. Crime algum contra os seus ficava impune. Justicava os inimigos com impressionante crueldade. E os devorava (*MQC*, p. 12).

Revalorizando a cultura autóctone, o autor descreve os rituais antropofágicos não como bárbaros e cruéis nem como exóticos, mas como uma cerimônia realizada em algumas comunidades indígenas. Os rituais dos aspectos da vida cotidiana, mesmo a simples escolha e preparação do alimento, produzem significado nas relações sociais. Para Kathryn Woodward (2000, p. 43), “certas identidades podem se definir apenas com base no fato de que as pessoas em questão comem alimentos orgânicos ou de que são vegetarianas”. Assim é a identidade canibal, que se define com base no fato de comer a carne dos inimigos vencidos, por acreditar na assimilação de suas qualidades guerreiras. Mas não se resume ao ato de comer, há todo um ritual envolvendo essa prática, que acaba se configurando em cerimônia social da antropofagia. Essa cerimônia, ao ser realizada como um evento social, envolvendo também outras tribos convidadas, possibilitava a revivificação da memória coletiva indígena.

Portanto: o primeiro rei do Brasil era um canibal. Devorava o inimigo vencido, solenemente, para recuperar as energias despendidas no embate, em banquetes ritualísticos, reuniões festivas, práticas de caráter religioso, em qualquer momento da vida cotidiana (*MQC*, p. 42).

A prática canibalesca indígena reaparece simbolicamente na Antropofagia de Oswald de Andrade, no movimento modernista, mostrando que somos canibais, “devoradores” da cultura do outro. Vera Chalmers (2002, p. 110) diz que, como no

² Entrevista à revista eletrônica NoOlhar.com, em 01/09/04.
In: <http://adm.noolhar.com/servlet/opovo?noticia>.

Romantismo, o modernismo de Oswald também usa a figura do índio como alegoria da nacionalidade, a diferença é que no Modernismo é a figura do canibal que aparece como “alegoria da resistência à hegemonia política e cultural do Ocidente”.

O canibalismo praticado pelos tupinambás, relatado pelo viajante Hans Staden, como ritual de devoração das qualidades guerreiras do inimigo vencido, é tomado por Oswald de Andrade, em suas leituras dos viajantes, como metáfora de resistência, pela devoração dos valores culturais do estrangeiro e sua transformação num produto cultural autóctone, assimilando a técnica avançada do colonizador à técnica “atrasada” da cultura periférica ao sistema cultural dominante (CHALMERS, 2002, p. 110).

Antonio Torres transforma Cunhambebe em herói nacional, desconstruindo sua imagem marginal e deformada de crueldade e selvageria e construindo uma imagem do índio canibal que lutou para manter seu território, seu povo e sua cultura, tornando-se símbolo da resistência às invasões portuguesas. Com isso, o autor cria no texto ficcional um espaço de denúncia e reflexão.

Ilustríssimo Cunhambebe. Permitam-nos considerá-lo o primeiro herói deste país de aventureiros, naufragos, degredados, traficantes, piratas e contrabandistas. Um tipo inesquecível. Certo. Não lhe ergueram estátua, mas, pensando melhor, essa desconsideração tem o seu lado bom: estátua só serve mesmo para enfeitar praça e aparar títica de passarinho (*MQC*, p. 37).

De acordo com Zilá Bernd (2003, p.89),

A construção de uma nação passa pela recuperação e afirmação da identidade nacional a qual se funda num patrimônio comum de mitos, lendas, tradições orais e feitos históricos com seus respectivos heróis. A preservação deste patrimônio é o legado maior que uma geração transfere à outra.

Nas poucas linhas da história oficial dedicadas a ele, Cunhambebe está longe de ser considerado herói. Ao contrário, é vilão pagão e sanguinário, devorador de carne humana. Mas, envolvido no mesmo episódio da Confederação dos Tamoios, há um herói nacional, eleito pela história oficial: o missionário jesuíta José de Anchieta, considerado pelos portugueses vencedores como “o pacificador”, por ser dono de um poder de convencimento capaz de converter o mais cruel dos selvagens. Entretanto, é outra a imagem de Anchieta que Torres apresenta em seu romance. Sempre subvertendo o discurso da história oficial, o autor, por meio da ironia, “desmascara” Anchieta,

mostrando a dubiedade do seu caráter e apresenta um religioso que, utilizando-se da alcunha de “amigo dos índios”, não hesitava em traí-los, delatá-los e entregá-los para serem mortos, achando natural o seu extermínio, caso opusessem resistência aos ideais da Coroa portuguesa.

Uma glória feita de sangue.

José de Anchieta exultava, ao comentar uma dessas batalhas, numa excelsa louvação dos militares:

“Quem poderá contar os gestos heroicos do chefe à frente dos soldados, na imensa mata! Cento e sessenta as aldeias incendiadas, mil casas arruinadas pela chama devoradora, assolados os campos com suas riquezas, passado tudo ao fio da espada!” (MQC, p. 63-64).

Com isso, Torres denuncia o processo de construção de heróis e vilões nacionais no discurso da história oficial do Brasil e revive o passado de extermínio do indígena e suas lutas de resistência para preservar seu povo e sua cultura. Em entrevista, o autor diz que radicalizou quando decidiu transformar Cunhambebe em “personagem emblemático”, e justifica:

Quer dizer: como a história oficial se encarregou de louvar os feitos dos vencedores nestas águas e florestas de sonho, som e fúria, avancei na contramão, numa viagem de volta ao passado, para tentar entendê-lo pelo ponto de vista dos vencidos³.

Com *Meu querido canibal*, o romancista apresenta uma nova versão do confronto entre dois dos grupos étnicos formadores da nação brasileira: indígenas e brancos. Essa é a versão do índio sobre o embate entre os donos da terra e os representantes da Coroa. A busca por uma outra versão, presente no romance, revela uma inquietação com a identidade brasileira em suas origens e subverte e desconstrói identidades “existentes”. O romance não mostra uma identidade de índio construída ou “inventada” com base nos valores da ideologia dominante. Ao contrário, o que se vê é a apresentação, por meio da ficção, de uma identidade indígena considerando e respeitando seus valores culturais, suas crenças, seus costumes, suas visões e suas relações com o mundo ao redor. É uma construção sobre o passado que traz uma contribuição para melhor compreender o presente.

³ Entrevista concedida a Brigitte Thierion.

In: <http://www.anjoscaidos.jor.br/antoniotorres/seisperguntas.html>.

3 UMA IMAGEM MACULADA: humilhação

A “narrativa da nação” contada nas histórias, nas literaturas nacionais e presentes na mídia e na cultura popular fornecem aos membros da nação eventos históricos, cenários, imagens, rituais nacionais que “*representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2005, p. 52).

Em *O nobre seqüestrador*, Antonio Torres aborda um episódio da história pouco visível nos livros de história oficial. Esse descaso/omissão pode se dever ao fato de esse acontecimento ser considerado uma desonra, uma mácula na história “gloriosa” da nação, que se tentou construir. A invasão da cidade do Rio de Janeiro por um corsário francês que levou à fuga de todos os seus habitantes, defensores e administradores e, ainda mais, depredou, destruiu e exigiu um resgate altíssimo pela sua devolução, certamente não foi considerado, pelos grupos dominantes, um evento histórico digno de figurar nas páginas dos livros sobre a história do Brasil. No romance de Torres, a estátua do corsário Duguay-Trouin, personagem-protagonista, debocha da situação:

Sim, senhor: fui o único francês a dominar o Rio, a tornar-se o seu rei, por uns dois meses, com direito aos afagos e favores de uma bela mulher, dádiva de um padre português, temeroso de que eu tivesse chegado para ficar (ONS, p. 17).

Mas Torres não se atém à versão do corsário sequestrador. Apresenta também outro ponto de vista, o de dentro, na versão da cidade invadida, outra personagem do romance.

Eu, a cidade do Rio de Janeiro, tão cobiçada, coitada, como bem disse o general francês no começo deste livro. E quão devassada. Pobre de mim. Aguentei o bombardeio e sobrevivi a quase dois meses de pilhagens. Fiquei com os estragos, as querelas e inquietações (ONS, p. 220).

Muitos livros de história do Brasil costumam exaltar as grandezas da terra e os progressos da pátria. Uma página que descrevesse o estado de destruição em que se encontrava o Rio de Janeiro após a passagem de René Duguay-Trouin macularia a imagem de história gloriosa que os dominantes pretendiam construir do país. São narrados apenas aqueles eventos históricos que engrandecem o nome da nação, com

feitos onde os sujeitos são sempre os colonizadores e poderosos e onde os subjugados são personagens apenas quando se voltam contra o seu povo e renegam seus valores ou, como é comum, são descritos como os vilões da situação. Para os historiadores, valia mais deixar de fora um acontecimento, visto como negativo, retrato da humilhação do que manchar a imagem da “Praça do Rei”. É essa imagem de glória histórica imaculada que a cultura nacional dominante tenta manter para legitimar a unificação da identidade nacional.

O romance de Torres contribui para o resgate de uma memória coletiva omitida pelo discurso unilateral da história escrita pelos vencedores. Nesse sentido, a literatura assume uma função *dessacralizadora* na construção da identidade nacional que, de acordo com Zilá Bernd, consiste em desmontar as estruturas de um sistema dado, evidenciando-o e desmistificando ideologias sacralizadas. Para a autora (2003, p. 20),

[...] o modernismo concebeu a identidade nacional no sentido de sua *dessacralização*, o que corresponde, segundo Glissant, a um pensamento politizado, equivalendo a uma abertura contínua para o *diverso*, território no qual uma cultura pode estabelecer relações com outras.

Mais do que as aventuras do corsário francês e sua investida contra o Rio de Janeiro, *O nobre sequestrador* narra acontecimentos históricos que desconstruem a imagem de pátria gloriosa veiculada pela cultura nacional dominante.

4 UMA LUTA DESIGUAL: extermínio

Em *Meu querido canibal*, Torres denuncia o massacre dos indígenas, fato que o deixa revoltado, conforme declara:

Mergulhei nas pesquisas dessa história mítica e trágica cheio de afeição por esse velho povo e de indignação pela forma como ele foi exterminado, inapelavelmente. E o fiz com vontade dar o meu grito de guerra para os historiadores: “PERÓS!”⁴

⁴ Entrevista concedida a Brigitte Thierion. In: <http://www.anjoscaidos.jor.br/antoniotorres/seisperguntas.html>.

Os brancos cristãos impuseram suas ideologias, crenças e visões de mundo ao povo autóctone, desrespeitando suas culturas e utilizando formas diversas de violência, desde a manipulação mental até o assassinato. Até mesmo os jesuítas se envolveram na opressão e matança dos indígenas.

Quem convenceu Mem de Sá a liquidar os tamoios de uma vez por todas foi o jesuíta José de Anchieta, o que tinha por missão a evangelização e pacificação dos índios. Ele foi de São Vicente à Bahia para pintar um quadro dramático do Rio de Janeiro. Insufinou o governador-geral contra “a brava e carniceira nação, cujas queixadas ainda estão cheias de carne dos portugueses”. E na hora do acerto de contas, largou o rosário e o missal para assumir um lugar de soldado atrás das barricadas. E foi aí que não sobrou pedra sobre pedra. Ou por outra: sobrou, sim – índio sobre índio (*MQC*, p. 58).

Uma situação que leva a refletir sobre os conceitos de “selvagem” e “civilizado” e a quem eles se aplicam, pois “se Cunhambebe tinha um prazer todo especial em almoçar a carne dos portugueses, eles acabaram por jantar todo o seu povo” (*MQC*, p. 58).

Para Stuart Hall, independente das diferenças entre os membros de uma nação, a cultura nacional procura unificá-los numa mesma identidade cultural a fim de que possam ser representados como membros da mesma família nacional. Entretanto, embora a pretensão da cultura nacional seja unificar seus membros numa única identidade cultural, anulando as diferenças, Hall (2005, p. 59-60) afirma que

A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural. [...] Cada conquista subjugou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas e tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural unificada.

A intenção de ocupar o território brasileiro, tornando-o produtivo e rentável para a metrópole, e de impor sua cultura, suas crenças e seus valores, levou os portugueses a usar de todos os subterfúgios para transformar os nativos em colaboradores dóceis e também, sem o menor constrangimento, exterminar aqueles que resistiam e eram vistos como obstáculos. Mesmo após o esfacelamento da Confederação dos Tamoios por Mem de Sá, os poucos índios sobreviventes foram perseguidos e assassinados.

Uma luta desigual e injusta da qual os colonizadores foram os vencedores e contaram a história registrando apenas o seu ponto de vista. Mas o narrador do romance relata, ao modo de poema, o final dessa luta:

Morreram todos.
Todos os que já sabiam que iam morrer.
Potira morreu romanticamente ao lado do seu louro Ernesto.
Morreu o papagaio francês, que resistiu o quanto pôde como um autêntico confederado.
E Pindobaçu, o velho Grão Palmeira.
Morreu Iguassu, a amada de Aimberê.
E Panabuçu, o filho de Pindobaçu.
Foi uma carnificina.
Aimberê morreu de pé, como Cunhambebe, o terror dos perós, achava honrado morrer.
E era uma vez os grandes índios.
Não tiveram escolha: escravidão ou morte (*MQC*, p. 95).

Meu querido canibal é uma crítica ao colonialismo, à exploração do outro, à dominação do mais fraco, à escravidão, ao massacre e à imposição de valores europeus. E, ainda, à construção de uma imagem de nação representada como justa e gloriosa. Com isso o romancista problematiza, questiona e critica a representação de nação presente nos discursos e manifestações da cultura dominante e chama a atenção para outras imagens, outras representações nacionais, múltiplas e diversificadas, nem sempre belas, gloriosas e justas.

Segundo Stuart Hall (2005, p. 47), “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural”. Mas não nascemos *com* as nossas identidades nacionais, elas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Ou seja, as identidades são construídas pelos discursos das culturas nacionais que produzem sentidos sobre “a nação” com os quais nos identificamos. Para Hall (2005, p. 51), “esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”.

Com seus romances, Torres se propõe a desconstruir um discurso fundador de uma identidade nacional fixada numa imagem de glória histórica da nação, para mostrar uma história construída por meio da dominação, do massacre, da colonização violenta, ou seja, apresenta uma outra imagem de nação dentre as diversas existentes.

O caráter de releitura crítica dos romances se mostra quando a construção narrativa parte do discurso histórico - utilizado como fonte de investigação - para em

seguida desmontá-lo, questionando o seu estatuto de verdade, a partir do recurso da ironia, que traz em sua própria essência a reflexão crítica.

5 CONSIDERAÇÕES

A nação brasileira é marcada pela miscigenação. Étnica e culturalmente, o ser brasileiro foi formado em suas origens pela mistura de povos. Mas é a assimilação cultural, e não a etnia, que torna o indivíduo membro de uma determinada nação, pois, conforme enfatiza Renato Ortiz (1994, p. 8), a “identidade é a fonte de significação de um povo”.

Miscigenadas, as nações modernas são híbridos culturais e “as culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernização tardia” (HALL, 2005, p. 89). Nos últimos tempos, com o surgimento de um novo panorama de fronteiras geográficas, econômicas, ideológicas e culturais, questões sobre identidade e nacionalidade vêm sendo discutidas e novos conceitos e pensamentos sobre elas surgem a cada dia. Para Hall, o sujeito que antes tinha uma identidade fixa, estável, unificada, foi descentrado por todas as mudanças ocorridas no mundo, o processo de globalização está deslocando as identidades culturais nacionais, o que resulta em identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas do sujeito pós-moderno.

Também para Zilá Bernd (2003, p. 12), a busca identitária deve ser entendida como processo em constante movimento de deslocamento,

comotravessia, como uma formação descontínua que se constrói através de sucessivos processos de reterritorialização e desterritorialização, entendendo-se a noção de território como um conjunto de representações que um indivíduo ou um grupo tem de si próprio.

Já a estudiosa Kathryn Woodward (2000), aponta para a contestação das histórias na luta pelo reconhecimento da identidade. Ao tentar legitimar uma determinada identidade, muitas vezes seu referencial é buscado em um suposto passado “real”. Entretanto, constata-se que muitas identidades, por não terem sido reconhecidas, foram mantidas fora da história ou ocupam espaços à margem da sociedade. Daí resulta que, na luta política pela validação dessas identidades, essas histórias sejam contestadas.

Os processos históricos que, aparentemente, sustentavam a fixação de certas identidades estão entrando em colapso e novas identidades estão sendo forjadas, muitas vezes por meio da contestação política. As dimensões políticas da identidade, tais como se expressam, por exemplo, nos conflitos nacionais e étnicos e no crescimento dos “novos olhares”, estão fortemente baseados na construção da diferença (WOODWARD, 2000, p. 39).

Os romances contemporâneos, como é o caso de *Meu querido canibal* e *O nobre sequestrador*, questionam a condição de verdade indiscutível das narrativas oficiais da história, ao mostrar que os critérios que são definidos para narrar o acontecimento histórico são dependentes de visões pessoais e estão sujeitos à subjetividade das interpretações. Diante da pluralidade de pontos de vista em torno de um acontecimento, o conceito de verdade do fato histórico perde sua legitimidade e se torna discutível.

Ao promover a releitura da história, abrindo espaço para os discursos excluídos, os romances de Antonio Torres contribuem para a desconstrução de uma narrativa histórica fragmentada e unilateral, que parte do ponto de vista do dominante/vencedor e coloca em evidência outros pontos de vista, a partir de outras perspectivas, dando voz a versões que diferem dos discursos oficiais, evidenciando acontecimentos que fazem parte da memória coletiva da nação, contribuindo, dessa forma, para a concepção de identidades nacionais permanentemente construídas na multiplicidade.

REFERÊNCIAS:

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

CHALMERS, Vera Maria. O outro é um: o diagnóstico antropófago da cultura brasileira. In: CHIAPPINI, Ligia; BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TORRES, Antonio. *O nobre seqüestrador*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TORRES, Antonio. *Meu querido canibal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WOORDWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Sites:

<http://adm.noolhar.com/servlet/opovo?/noticia>. Acesso em 23/04/2007.

<http://www.anjoscaidos.jor.br/antoniotorres/seisperguntas.html>. Acesso em 22/04/2007.